



ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE VOL. 16 No 3 Abril 2014



Aprofundamento da integração SADC define prioridades para 2014

por Kizito Sikuka

UM TOTAL de sete áreas prioritárias de actividades foram identificadas para serem implementadas este ano, no quadro da intensificação dos esforços visando aprofundar a integração para o desenvolvimento socioeconómico da África Austral.

As áreas prioritárias foram aprovadas pelo Conselho de Ministros da SADC que esteve reunido em Março, no Lilongwe, Malawi.

Os ministros concordaram em intensificar os esforços no sentido de finalizar o processo de revisão do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) e consolidar a Área de Comércio Livre da SADC (ACL), lançado em 2008.

Outras prioridades são a conclusão das negociações para o estabelecimento de um mercado único que abrange 26 países da África Oriental e Austral; rápida implementação do Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas; reforço das medidas para melhorar a segurança alimentar; e implementação das iniciativas transfronteiriças de HIV e SIDA.

A sétima prioridade é a construção da paz e consolidação das práticas democráticas na região.

O Conselho de Ministros da SADC, que supervisiona o funcionamento e o desenvolvimento da SADC é composta pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros,

Planeamento Económico e Financeiro dos 15 Estados-Membros.

O actual presidente do Conselho da SADC, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Malawi Efraim Chiume, disse que a implementação das áreas prioritárias é fundamental na promoção do desenvolvimento regional, especialmente tomando em consideração as perspectivas mundiais de limitações económicas.

"A economia mundial está mostrando sinais de enfraquecimento e isso pode ter um efeito dominó sobre as economias da SADC, por isso temos de encontrar formas inovadoras para superar esses efeitos", disse Chiume.

Um grupo multisectorial de trabalho de várias partes interessadas foi criado para implementar as recomendações do RISDP, cuja revisão independente foi concluída o ano passado.

Espera-se que o grupo de trabalho proponha novas prioridades, principais áreas de maior atenção, metas, resultados e prazos para o restante do período de implementação do RISDP; e que sugira nova política, estratégia e inovações institucionais para o período pós-2018, quando o plano de desenvolvimento chegar ao fim.

A equipa deverá preparar um resumo das principais recomendações e prioridades para a conclusão do RISDP e apresentar ao Conselho para deliberação e aprovação quando se reunir novamente no Zimbabwe, em Agosto.

continua na página 2...



POLÍTICA	3
COMÉRCIO	4
INFRA-ESTRUTURA	5
ENERGIA	6-7
GESTÃO DE DESASTRES	8-9
BREVES NEGÓCIOS	10
GÉNERO	11
ELEIÇÕES	12
PAZ & SEGURANÇA	13
ODMs	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

Aprofundamento da integração SADC define prioridades para 2014

A revisão do plano de desenvolvimento da SADC, num período de 15 anos, foi aprovada em 2003 e tem como objectivo garantir que as metas sejam realistas e em conformidade com os acordos regionais, bem como a dinâmica continental e global.

Conselho resolveu dedicar mais energia para a implementação do Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estrutura que visa criar uma rede de infra-estrutura eficiente e de baixo custo na África Austral até 2027.

A implementação do Plano Director teve um impulso em Fevereiro, após a assinatura de um contrato de 12 milhões de Euros (cerca de 16,5 milhões de dólares norte-americanos) entre a SADC e da União Europeia para a operacionalização do Projecto Preparação e Facilidade para o Desenvolvimento (PPDF).

O PPDF pretende facilitar a preparação de projectos financiáveis na região.

No âmbito do ambicioso programa de infra-estrutura avaliado em 64 biliões de dólares norte-americanos, a SADC pretende desenvolver infra-estruturas transfronteiriças nas seis principais áreas prioritárias, nomeadamente energia, transportes, turismo, água, tecnologia de informação e comunicação e meteorologia.

A implementação deste programa teve início em 2013 e será feito em três fases de cinco anos cada, designadamente curto prazo (2012-2017), médio prazo (2017-2022) e longo prazo (2022-2027).

No que diz respeito à segurança alimentar, a região está com o objectivo de aumentar a capacidade através de um maior compromisso com várias medidas regionais de agricultura identificadas na Declaração de Dar es Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar.

Adoptada em 2004, a Declaração de Dar es Salaam incentivava os países membros a destinar anualmente pelo menos 10 por cento dos seus orçamentos nacionais para a agricultura.

Outras medidas incluem a melhoria da disponibilidade e acesso a insumos agrícolas para os agricultores, composta por variedades de sementes melhoradas, fertilizantes, serviços de tratamento do solo e insumos agrícolas.

Progressos significativos foram feitos no cumprimento de algumas das metas. No entanto, vários países estão ainda muito aquém da implementação do plano - um desenvolvimento que poderia minar os esforços para aumentar a produção e tornar a região auto-suficiente de alimentos.

A plena implementação das iniciativas transfronteiriças de HIV e SIDA permitiria a região conter a propagação da doença, permitindo a SADC reforçar a sua base de recursos humanos - uma componente importante para o avanço da agenda de integração regional.

Como parte da iniciativa, os Estados-Membros devem melhorar a resposta regional ao HIV e SIDA entre as populações móveis, incluindo motoristas de caminhão de longo curso, trabalhadoras do sexo e das comunidades que vivem perto de áreas fronteiriças.

Pelo menos duas clínicas móveis deverão ser criadas em cada Estado-Membro para fornecer vários serviços e encaminhamentos médicos, bem como a mudança de comportamento.

Além das várias metas e programas regionais, a SADC pretende aprofundar a integração deste ano, consolidando ganhos, como a ACL e a paz que prevalece na região.

A ACL da SADC entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2008, após a implementação dos compromissos de redução tarifária acordadas entre 2000 e 2007.

A partir de 2008, os produtores e os consumidores já não pagam imposto de importação em cerca de 85 por cento de todo o comércio de mercadorias entre os Estados-Membros participantes, que são Botswana, Lesotho, Madagascar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabue.

Dois países, Angola e República Democrática do Congo, disseram que vão participar na ACL mais tarde. No entanto, uma vez que as fronteiras foram progressivamente abertas, questões críticas surgiram sobre o impacto da ACL para o consumidor, para a indústria e para o sector público. Já que os Estados-Membros levantaram direitos de importação, um dos efeitos imediatos tem sido a redução dos produtos importados de países que têm uma vantagem comparativa.

Outro impacto fundamental tem sido o aumento da concorrência já que os Estados membros removeram tarifas e subsídios. Todas as empresas do mesmo sector estão competindo em pé de igualdade, independentemente do seu tamanho.

No que diz respeito ao envolvimento com outras Comunidades Económicas Regionais, a finalização do acordo tripartido com o COMESA e a EAC irá impulsionar o comércio intra-regional, através da criação de um mercado mais amplo que abrange 26 países da África Oriental e Austral.

Empresas da SADC terão acesso a uma população total de aproximadamente 600 milhões de pessoas, abrangendo desde o Cabo ao Cairo.

O mercado único serviria um dos blocos de construção da Comunidade Económica Africana, uma visão de longa data dos líderes do continente desde 1963 aquando da formação da Organização de Unidade Africana (OUA) e que, finalmente, concordaram retomar várias décadas depois quando aprovaram o Tratado da Comunidade Económica Africana em 1991.

A meta para COMESA-EAC-SADC é chegar a um acordo até Junho, abrindo o caminho para o lançamento da grande ACL que se tornará no novo marco para o aprofundamento da integração regional e continental em África.

A consolidação das práticas democráticas e da boa governação na região é fundamental na manutenção da estabilidade e da paz na SADC.

A estabilidade é um pré-requisito para o desenvolvimento económico e industrial. A região da SADC tem tido uma relativa paz e estabilidade ao longo dos anos, atraindo investimentos em sectores como mineração e turismo. r



Madagáscar formalmente readmitida na SADC

O **MADAGÁSCAR** foi formalmente readmitido na SADC durante o Conselho de Ministros realizado no Malawi, em Março, mas continuará com um estatuto de observador até que pague as suas dívidas na organização.

A readmissão ocorreu após o levantamento da suspensão, na qualidade de membro, pelos Chefes de Estado e de Governo da SADC, durante uma Cimeira Extraordinária realizada à margem da 22ª Sessão Ordinária da União Africana na Etiópia, em Janeiro.

O levantamento da suspensão abriu o caminho para o Madagáscar para retomar a sua participação em todas as actividades da SADC. "Em nome dos Estados Membros da SADC... Eu gostaria de reafirmar o nosso firme compromisso de apoiar e cooperar com o povo e o governo da República de Madagáscar nos seus esforços corajosos para a reconciliação nacional, a recuperação social e económica que acabará por abrir um caminho para desenvolvimento económico sustentável e crescimento inclusivo", disse o presidente de Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Malawi, Ephraim Chiume.

Chiume observou que o Madagáscar vai participar como observador até que suas dívidas de filiação sejam pagas.

"Nós temos o mandato do Secretariado para negociar com Madagáscar, para que possa apresentar um plano de pagamento das dívidas, pois entendemos a sua situação e iremos considerar alguns aspectos quando nos encontrarmos novamente", explicou Chiume.

O Madagáscar foi suspenso da SADC em 2009, quando o

país mergulhou numa crise política.

Isso ocorreu depois do líder da oposição, Andry Rajoelina, ter tomado o poder do então presidente Marc Ravalomanana, através de manifestações públicas apoiadas pelos militares, num método semelhante ao utilizado por Ravalomanana, quando ele assumiu o poder, poucos anos antes do seu predecessor, Didier Ratsiraka.

Desde a suspensão, em 2009, a SADC tem estado na vanguarda dos esforços de mediação para garantir ao retorno da ordem constitucional no Madagáscar.

O ex-presidente moçambicano Joaquim

Chissano foi apontado como o principal negociador nas conversações de paz entre os partidos políticos, principalmente os de Ravalomanana e Rajoelina.

A nomeação de Chissano, em Junho de 2009, ocorreu uma semana depois de a União Africana e das Nações Unidas suspenderem os seus esforços de mediação, evocando falta de vontade política de ambas as partes.

Essas organizações se recusaram a reconhecer o regime de Rajoelina e, em algum momento, até sugeriram uma intervenção militar para salvar milhões de cidadãos malgaxes afectados pela situação política no seu país.

A Mediação da SADC finalmente teve resultados no final de 2013, quando o Madagáscar realizou eleições presidenciais vencidas pelo ex-ministro das Finanças, Hery Rajaonarimampianina. Ele derrotou o seu rival, Jean Louis Robinson, por 53,49 por cento para 46,51 por cento do total de votos.

Rajaonarimampianina, precisou de uma segunda volta para ganhar depois de ter estado em em segundo lugar na primeira volta das eleições presidenciais em Outubro. Tomou posse como presidente democraticamente eleito a 25 de Janeiro de 2014. r

Revisão dos princípios eleitorais em curso

O **CONSELHO** Consultivo Eleitoral da SADC (SEAC) está a rever os princípios e directrizes que regem a realização de eleições e a desenvolver um manual sobre as eleições na região.

A revisão surge em cumprimento de uma decisão da Comissão Ministerial do Órgão de Política, Defesa e Segurança, tomada durante uma reunião realizada em Lusaka, Zâmbia, em Junho de 2011, sobre a obrigatoriedade da SEAC rever os princípios da SADC e Directrizes Reguladoras de Eleições Democráticas e desenvolver um Manual Eleitoral da SADC.

O SEAC desenvolveu os "Princípios e directrizes revistas que regem as eleições democráticas na SADC", e está partilhando com os principais actores regionais através de uma série de consultas às partes interessadas.

As consultas são dirigidas aos Estados-Membros, aos

peritos eleitorais e actores não estatais, como as instituições de pesquisa e universidades.

Aprovados em Agosto de 2004, na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, nas Maurícias, os princípios e directrizes contêm procedimentos a serem seguidos por missões de observadores da SADC e as normas mínimas que um Estado-Membro deve seguir para que o seu processo eleitoral seja declarado livre e justo.

As directrizes eleitorais visam melhorar a transparência e credibilidade das eleições e governação democrática, bem como garantir a aceitação dos resultados eleitorais por todos os partidos concorrentes.

Eles são, no entanto, não juridicamente vinculativos e são subservientes às disposições da legislação nacional.

Também não é obrigatório que um Estado-Membro

convide uma Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM) para observar as suas eleições. Secção 3.1 afirma que a SEOM terá apenas um papel de observação "no caso de um Estado-Membro considerar necessário convidar SADC para observar as suas eleições."

No entanto, no interesse da aplicação coerente dos princípios eleitorais, todos os Estados-Membros devem ser obrigados a convidar um grupo de observadores da SADC para observar as suas eleições.

O SEAC, de 12 membros, foi implantado em Abril de 2011 para aconselhar a região em matéria eleitoral e questões relativas ao reforço da democracia e da boa governação.

É composto por um representante de cada Estado-Membro, seleccionados a partir de uma lista indicada pelos Governos. r

Maurícias removem todos os direitos aduaneiros sobre os produtos da SADC

por Joseph Ngwawi

AS MAURÍCIAS tornaram-se no primeiro país a retirar direitos aduaneiros sobre todos os produtos importados dos Estados Membros da SADC, como parte dos esforços para melhorar o comércio intra-regional.

Segundo a Câmara de Comércio e Indústria das Maurícias (MCCI), todos os produtos importados de países da SADC estão livres de imposto a partir de 1 Janeiro de 2014.

"De acordo com o Diário da República das Maurícias No.116 de 28 de Dezembro de 2013... todos os direitos aduaneiros já foram removidos nos restantes produtos sensíveis, incluindo produtos de plástico, óleo comestível, farinha de trigo, margarina, sabonetes, enxovais para bebé, barras de ferro e refrigerantes", indicou a MCCI num aviso.

Para se qualificar para isenção de imposto, todos os produtos devem ser acompanhados de um certificado de origem válido da SADC.

A remoção de tarifas está em consonância com as disposições do Protocolo Comercial da SADC ao abrigo do qual os Estados-Membros concordaram em retirar gradualmente as tarifas alfandegárias e as barreiras não-tarifárias no comércio intra-regional.

Implementação do Protocolo começou no ano de 2000 e previa a eliminação gradual de todos os direitos aduaneiros entre os países da SADC, com um período de transição mais longo para a redução de tarifa dos produtos sensíveis.

O processo de negociação foi realizado através da "abordagem pedido-oferta" sob os auspícios do Fórum de Negociação do Comércio, que se reuniu regularmente, conforme previsto no Protocolo do Comércio. O princípio da

assimetria foi fundamental para o processo de negociação que nasceu da constatação de que, entre outras questões, os Estados Membros da SADC estavam em diferentes níveis de desenvolvimento económico.

Para fins de aplicação do Protocolo de Comércio, os Estados-Membros foram colocados nas seguintes categorias:

- Países Desenvolvidos (principalmente África do Sul, mas de facto a União Aduaneira Sul-Africana que

inclui Botswana, Lesotho, Namíbia e Swazilândia);

- Países em Desenvolvimento (Maurícias e Zimbábwe), e
- Países Menos Desenvolvidos (sendo os restantes, ou seja Angola, RDC, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Tanzânia, Seychelles e Zâmbia).

Com base nesses agrupamentos, a SADC iniciou um programa de redução gradual de tarifas em escalas variáveis de velocidade onde se esperava que o grupo de países

desenvolvidos antecipasse as suas reduções tarifárias para alcançar "substancialmente todo o comércio" em cerca de cinco anos de implementação, até 2005.

Para o grupo de países em desenvolvimento em geral, esperava-se que concluíssem as suas reduções tarifárias em 2007/08, enquanto a última categoria, os países menos desenvolvidos, deveria concluir as suas reduções de tarifas num período não superior a 12 anos. r

Malawi e Tanzânia criam posto fronteiriço de paragem única

O MALAWI e a República Unida da Tanzânia já deram o seu primeiro passo para a criação de um posto fronteiriço de paragem única no ponto de entrada Songwe-Kasumulu, no quadro de um esforço que visa facilitar a livre circulação de pessoas e bens entre os dois Estados Membros da SADC.

Funcionários dos dois países assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) em Março, que formalizou a criação de um único centro de alfândega e imigração na sua fronteira comum.

De acordo com o Memorando de Entendimento, os postos fronteiriços de Kasumulu, na Tanzânia, e Songwe, no norte do Malawi, estará operando sob o mesmo guarda-chuva até o final do ano.

Ao abrigo do esquema de posto fronteiriço de paragem única, os viajantes e mercadorias são sujeitas a procedimentos aduaneiros apenas uma vez para a passagem para outro país, em contraste com a situação actual em que eles têm que ser submetidos ao processo migratório em ambos os lados da fronteira.

Espera-se que este desenvolvimento resolva questões de atrasos, que muitas vezes ocorrem na maioria dos postos fronteiriços, e promova o bom fluxo de bens através da remoção de procedimentos operacionais considerados "restritivos" nas fronteiras.

Falando durante a cerimónia de assinatura realizada à margem da reunião do

Conselho de Ministros da SADC, no Malawi, a Ministra das Finanças da Tanzânia, Saddah Mkuya Salum, disse que o desenvolvimento vai ajudar a reduzir o custo de negócios entre os dois países.

"O estabelecimento do centro único de alfândega e imigração na fronteira Songwe-Kasumulu não só irá reduzir os custos de negócios, mas também cimentar as relações bilaterais existentes entre os dois países", disse ela.

O Ministro da Indústria e Comércio do Malawi, Sosten Gwengwe, disse que o posto de fronteira comum trará eficiência de pessoas, bens e serviços entre os dois vizinhos.

Ele disse que o arranjo actual, onde pessoas e bens são submetidos a inspecção migratória duas vezes para atravessar de um país para outro é dispendioso em termos de tempo gasto na fronteira.

Ele está confiante de que o centro proposto vai facilitar o transporte de cargas de forma mais suave do Malawi para a Tanzânia, uma vez que o primeiro é um país sem litoral.

Mkuya disse que especialistas de ambos os países se reunirão em breve para desenvolver um plano de trabalho sobre a forma de implementar o projecto. r



O Posto Fronteiriço de paragem única, na entrada Songwe-Kasumulu, facilita a livre circulação de pessoas entre o Malawi e a República Unida da Tanzânia.





Programa de infra-estruturas da SADC recebe forte apoio da UE

por Danai Majaha

O PLANO Director de Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas da SADC recebeu, da União Europeia, um impulso com a assinatura de um acordo avaliado em 12 milhões de Euros (cerca de 16.5 milhões de dólares norte-americanos) para fortalecer a capacidade regional de desenvolvimento de projectos financeiros.

O acordo entre a SADC e a União Europeia, assinado em Fevereiro, vai ajudar a suprir os desafios enfrentados pela SADC na elaboração de projectos financeiros, especialmente para o sector de infra-estruturas.

Apenas alguns dos projectos regionais identificados no Plano de Acção a Curto Prazo do Plano Director (2013-2017) tem parte de financiamento assegurado, cobrindo apenas parte de um projecto num país.

A maioria dos projectos estão na fase de viabilidade ou de estudo de pré-viabilidade, e não há necessidade urgente de completar estes num formulário que pode atrair financiamento.

BAD aprova estratégia nacional das Maurícias

O BANCO Africano de Desenvolvimento aprovou uma estratégia para conduzir o desenvolvimento técnico de infra-estruturas nas Maurícias durante os próximos cinco anos.

O Documento da Estratégia das Maurícias (2014-2018) projecta ajudar o país a construir a sua competitividade e capacidade de resistência a choques exógenos para fortalecer a qualidade do crescimento e acelerar a transição do país para aumento das receitas no País.

O Pilar I da estratégia tem como alvo as actividades de reforma política destinadas a resolver a crise de energia, transporte, água e saneamento. "Isso permitiria as Maurícias melhorar a qualidade e a capacidade de infra-estrutura,



Investir no sector dos transportes aumenta a capacidade regional.

A Projecto Preparação e Facilidade para o Desenvolvimento da SADC (PPDF) é um dos mecanismos institucionais previstos para o conseguir.

Esta iniciativa tem como objectivo apoiar os Estados-Membros da SADC a resolver os constrangimentos do lado da oferta de infra-estrutura que afectam o desenvolvimento económico na região, como forma de promover a integração económica regional.

Isso será feito por meio da identificação e preparação de um conjunto de projectos de infra-estrutura económica regional; de-

de modo a atrair investimentos de maior valor agregado, aumentar a capacidade do sector privado nacional para penetrar no mercado regional e melhorar a prestação de serviço público", disse o BAD.

Espera-se também promover a transição gradual para o crescimento "verde" nas Maurícias, apoiando o governo a operacionalizar a sua política sobre a quota das energias renováveis de produção nacional e reduzir a poluição da água subterrânea.

No âmbito do Pilar II, a estratégia concentra-se em acções e reformas políticas que ajudarão a melhorar a qualidade e a relevância da educação e o fortalecer o capital humano. r

desenvolvimento da capacidade humana na região para a identificação, preparação, avaliação e comercialização de projectos de infra-estrutura económica; e comercialização de propostas de investimento.

O Vice-Secretário Executivo da SADC para a integração regional, o Dr. Thembinkosi Mhlongo saudou a PPDF sublinhando ser um salto gigantesco na direcção certa.

"Este é um passo importante para a implementação do Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas da SADC, uma vez que a infra-estrutura é a base para o desenvolvimento económico e um dos principais impulsores de integração regional e cooperação na região da SADC", disse Mhlongo, durante a cerimónia de assinatura do acordo.

O Chefe da delegação da UE para o Botswana e SADC, Gerard McGovern, assinou o acordo em nome da União Europeia.

"Este programa vai diminuir o deficit de infra-estrutura na região da África Austral. Este programa é uma resposta pragmática para a elaboração e financiamento de projectos de infra-estruturas regionais", disse McGovern. Os 12 milhões de Euros são parte de um pacote de 84 milhões de Euros que a EU se comprometeu a disponibilizar para a SADC no âmbito do programa 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED10).

Além do financiamento da UE, o Governo alemão, através

do Banco Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), também contribuiu com 4.8 milhões de Euros para este programa.

O Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas da SADC foi aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo na sua 32ª Cimeira Ordinária realizada em Agosto de 2012, em Maputo, Moçambique.

A África Austral está a procura de investimento e financiamento para um programa estimado em 64 biliões de dólares norte-americanos para melhorar o transporte, energia e outras infra-estruturas ao longo dos próximos cinco anos.

O sector dos transportes tem o maior número de projectos no âmbito do Plano de Acção a Curto Prazo do Plano Director, com 40 projectos para a melhoria de estradas, ferrovias, portos e postos de fronteira, no valor de cerca de 16,3 biliões de dólares norte-americanos.

É seguido pelo sector de energia, que tem 16 projectos avaliados em 12 biliões de dólares norte-americanos, que são direccionados para a implementação até 2017 na área prioritária de transporte, nomeadamente os que visam a expansão, reabilitação e modernização dos portos de Durban e Walvis Bay; novos projectos ferroviários e reabilitação dos já existentes; novas ligações rodoviárias que ligam Angola e a Republica Democrática do Congo, e a reabilitação de outros ao redor da região; e um posto fronteiriço de paragem única em Beitbridge entre África do Sul e Zimbábue.

Os principais projectos de energia apresentados durante a conferência para investidores realizada em Moçambique, em 2013, incluem o projecto de interligação ZiZaBoNa a ser implementado pelo Zimbábue, Zâmbia, Botswana e Namíbia, bem como a proposta da Interligação Namíbia-Angola que vai ligar o último ao Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral. r

A **ÁFRICA AUSTRAL** espera implementar novos projectos de energia, em 2014, que irão adicionar cerca de 5.500 Megawatts de electricidade para a rede regional, no quadro dos esforços para atingir as metas regionais de auto-suficiência energética nos próximos quatro anos, de acordo com o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP).

Os projectos de produção de energia previstos para este ano, novos e modernizados, poderão adicionar cerca de 6.141 MW de energia eléctrica, mas 685MW desta nova capacidade virá de Angola e da República Unida da Tanzânia, que ainda não estão ligadas à rede regional.

Outra nova energia virá da África do Sul, que este ano projecta 4.936 MW, Zâmbia (195MW), Moçambique (175MW) e Botswana (150MW).

Em linha com a meta regional de aumentar gradualmente a utilização de fontes de energia limpa até 2020, cerca de 36 por cento da nova capacidade planeado em 2014 será a partir de fontes de energia renováveis e será produzida por produtores independentes de energia na África do Sul.

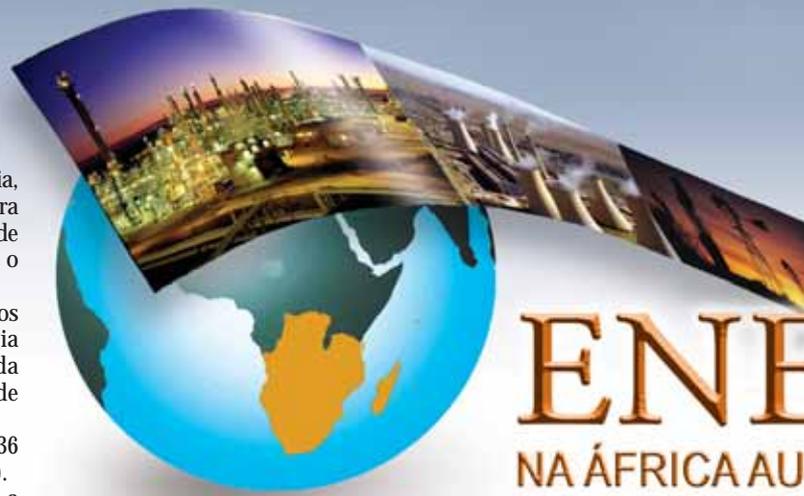
Parte desta energia virá do Parque Eólico na região do Cabo Ocidental da África do Sul, que poderá vir a ser um dos maiores parques eólicos na África Austral, produzindo 100 MW quando estiver concluído.

Projectos de Energia Solar Concentrada (CSP) poderão adicionar mais de 1.800 MW à rede eléctrica.

Os sistemas CSP usam espelhos ou lentes para concentrar uma grande área de luz solar numa pequena área. A energia eléctrica é produzida quando a luz concentrada é convertida em calor, que acciona um motor de calor ligado a um gerador de energia eléctrica.

Os Países da África Austral concordaram em 2012 em aumentar a captação de fontes de energia limpa que contribuem menos para a emissão do carbono.

Isto ocorre após a adopção de uma ampla gama de estratégias que visam alinhar a região com as novas tendências do sector de energia



SAPP projecta 5.500MW de en

global, que agora favorecem as energias renováveis em detrimento dos combustíveis fósseis.

Na reunião realizada no Botswana, em Abril de 2012, especialistas em energia da região concordaram que o SAPP deve alcançar um misto de energia renovável na rede regional de pelo menos 32 por cento, até 2020, e 35 por cento, em 2030.

Também concordaram que os Estados-Membros deviam identificar todos os projectos de energia renovável que podem ser ligados à rede regional e que o SAPP deve elaborar um Plano de Desenvolvimento de Energia Renovável que lista os projectos de acordo com a prioridade que deve ser vinculado ao Plano Director Regional de Desenvolvimento Infra-estruturas da SADC.

Foi acordado que, até 2015, todos os Estados Membros da SADC e o SAPP deverão ter avaliado a sua capacidade de rede para as energias



África do Sul interessada em aderir ao ZiZaBoNa

ÁFRICA DO Sul manifestou interesse em participar no projecto ZiZaBoNa, uma interligação de transmissão de energia eléctrica que actualmente envolve o Zimbabwe, Zâmbia, Botswana e Namíbia.

De acordo com o engenheiro-chefe do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), Alison Chikova, a concessionária Sul-Africana de energia, Eskom, finalizou um exercício de diligência interna para estabelecer as implicações financeiras e comerciais de adesão ao projecto ZiZaBoNa.

Ele disse que a Eskom espera designar consultores que irão informar sobre as modalidades de se tornar parte do projecto.

Uma comissão de advogados do Zimbabwe, Zâmbia, Botswana e Namíbia reuniu-se recentemente na Namíbia para

discutir como o projecto ZiZaBoNa será estruturado. O Comité de Advogados ZiZaBoNa analisou o Acordo de Accionistas do Projecto, nos aspectos em que os respectivos serviços públicos de energia dos quatro países terão participações iguais e financiar parte do projecto que cair dentro das suas fronteiras nacionais.

O projecto de interligação tem a capacidade de aumentar a comercialização de energia entre as concessionárias participantes, bem como fornecer uma rota de transmissão de energia alternativa e ajudar a descongestionar o actual corredor de transmissão centro, que actualmente passa pelo Zimbabwe.

O projecto ZiZaBoNa ajudará a fornecer um outro caminho e, portanto, aumentar o comércio entre as partes norte e sul da SADC.

A capacidade inicial da interligação de

transmissão será de 300 Megawatts (MW), que mais tarde subirá para 600 MW.

O projecto será implementado em duas fases. A primeira fase irá abranger a construção de uma linha de 330kilovolt de 120 quilómetros, da Estação Eléctrica de Hwange a Victoria Falls, onde uma estação de interligação será construída no lado do Zimbabwe. A linha vai estender-se a uma subestação em Livingstone, na Zâmbia.

A segunda fase envolverá a construção de uma linha de 330kV de 300 km de Livingstone a Katima Mulilo, na Namíbia, através Pandamatenga, no Botswana.

A interligação Zimbabwe-Zâmbia será construída como uma linha de alta tensão com uma capacidade de transmissão de 430kV. No entanto, ela irá operar como uma linha de 330kV durante a primeira fase. r



ENERGIA AUSTRAL

Energia adicional na Região

renováveis e as necessidades identificadas para a modernização da rede, se houver; e que todos os países deveriam ter realizado avaliações ambientais estratégicas para os vários tipos de energias renováveis nos seus países. r

Falta de dados atrasa Relatório sobre a Situação de Tarifas

A FALTA de dados está afectando a finalização de um relatório sobre a situação regional do nível de tarifas de energia eléctrica da África Austral. O Secretário Executivo da Associação Regional de Reguladores de Energia Eléctrica da África Austral (RERA), Elijah Sichone, disse que a finalização de uma actualização da situação regional sobre as tarifas está a ser prejudicada por atraso e/ou apresentação de dados incompletos dos Estados-Membros.

Ele disse que os órgãos reguladores de apenas seis Estados-membros da SADC tinham apresentado dados sobre as suas tarifas ao mesmo que nenhum retorno havia sido recebido dos restantes nove países.

Os formulários preenchidos foram recebidos dos órgãos reguladores no Lesotho, Namíbia, África do Sul, Swazilândia, Zâmbia e Zimbábue.

"A RERA precisa de ajuda urgente para finalizar a actualização da situação, incluindo a colecta oportuna e sustentável de dados / submissão de publicações", disse Sichone durante a 13ª reunião do Grupo Temático de Energia da SADC realizada em Gaborone, Botswana, em Fevereiro.

A RERA trabalha desde 2010 com o Secretariado da SADC e do



Grupo de Empresas de Energia da África Austral para produzir um relatório anual sobre as tarifas de energia eléctrica da SADC e indicadores de desempenho.

Esse documento tem servido de instrumento essencial de informações sobre as tendências regionais referentes às tarifas da indústria de abastecimento de energia e de indicadores específicos de desempenho para os Governos, reguladores, serviços públicos, organizações da sociedade civil, universidades, investidores e outras partes interessadas. Evidências mostram que as baixas

tarifas afectam negativamente a África Austral e há um consenso geral sobre a gravidade e o provável impacto do problema.

As actuais tarifas de energia da SADC não mostram sinais claros para atracção de novos investimentos e conservação de energia, nem se revelam eficientes para os consumidores.

Um estudo realizado pela RERA, em 2009 com o apoio do Centro Global de Competitividade da África Austral (Centro de Comércio da USAID) mostrou que o sector de energia da região não é auto-sustentável.

De acordo com o levantamento, as tarifas de electricidade na região da SADC variam de 2,7 cêntimos do dólar norte-americano (USc) por quilowatt-hora (kWh) para 12,5 USc / kWh.

Em alguns casos, o custo de produção de electricidade é maior do que o que as empresas cobram. Por exemplo, a produção de um kWh de energia hidroeléctrica - que é o segundo método mais comum de produção de energia na região depois do carvão - custa entre 6 e 8 USc, enquanto a produção de um kWh de energia eléctrica em qualquer central térmica custa, em média, 7,5 USc.

O estudo mostrou que Angola e a República Unida da Tanzânia tinham as tarifas mais altas na região, de 12,5 USc / kWh e 12 USc / kWh, respectivamente. A Zâmbia tinha as tarifas mais baixas de energia eléctrica fixadas em 2,7 USc / kWh seguida pelas Seychelles (3,2 USc / kWh) e pela África do Sul (3,7 USc / kWh). r

Seychelles cria regulador de energia

AS SEYCHELES tornaram-se no mais recente Estado-Membro da SADC a criar uma instituição para regular as operações do sector de energia.

A recém criada Comissão de Energia das Seychelles (SEC) torna-se a 12ª reguladora de energia na região da SADC.

Existem outros órgãos reguladores em Angola, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Swazilândia, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

O Escritório de Regulação de Energia Eléctrica (ORE) de Madagáscar, no entanto, não é membro da Associação Regional de Reguladores de Energia Eléctrica da África Austral (RERA).

Os restantes três Estados-Membros da SADC (Botswana, RDC e Maurícias) estão em vários estágios de reforma do sector de energia. Dos 12 Estados-Membros com órgãos reguladores, quatro são reguladores de electricidade, seis são reguladores de energia e dois são reguladores multisectoriais (energia / água).

Os reguladores de electricidade são o Instituto de Regulamento Sector Eléctrico de Angola, o Conselho Consultivo Nacional de Energia Eléctrica (Moçambique), e Órgão de Controlo de Electricidade (Namíbia).

Os reguladores da energia disponíveis na região são a Autoridade Reguladora de Energia do Malawi, o Regulador Nacional de Energia da África do Sul, Autoridade Reguladora de Energia da Swazilândia, a Reguladora de Energia Eléctrica da Zâmbia e a Entidade Reguladora Energia do Zimbábue.

As entidades reguladoras multisectoriais são a Autoridade Electricidade da Água do Lesotho e a Autoridade Reguladora de Energia e Água da Tanzânia. r

PROJECTOS DE PRODUÇÃO - METAS PARA 2014					
No	Empresa	País	Nome	Tipo	Capacidade (MW)
1	ENE	Angola	Lemaum	Hidroeléctrica	65
2	ENE	Angola	CFL New	Térmica	70
3	ENE	Angola	BIOCOM	Térmica	50
4	ENE	Angola	BOM-JESUS	Térmica	50
5	IPP	Tanzânia	Kinyeredzi	Gás	150
6	IPP	Tanzânia	Sao Hill	Gás	10
7	IPP	Tanzânia	Somanga	Gás	200
8	Eskom	RAS	OCGT	Gás	800
9	Eskom	RAS	Medupi	Térmica	722
10	Eskom	RAS	Ingula	Hidroeléctrica	1332
11	IPP	RAS	Cogen	Gás	100
12	IPP	RAS	Sere	Eólica	100
13	IPP	RAS	RE - Round 1	PV, CSP, Solar	1328
14	IPP	RAS	RE - Round 2	PV, CSP, Solar	554
15	IPP	Moçambique	Ressano Garcia	Gás	175
16	BPC	Botswana	Morupule	Térmica	150
17	ZESCO	Zâmbia	Kariba North	Hidroeléctrica	180
18	ZESCO	Zâmbia	Lunzuva	Hidroeléctrica	15
TOTAL					6141

685 MW
Não Interligados

1982 MW
Energia Renovável



Fortalecimento

AS CHEIAS tornaram-se uma característica e as inundações que ocorrem podem causar perda de vidas humanas, casas, culturas e infra-estruturas, e causar a e *hoje* olha para as medidas tomadas pelos Estados e pelos Sistemas de Aviso Prévio, prontidão e resiliência inerentes.

Sistema de Aviso Prévio salva vidas em Moçambique

MOÇAMBIQUE É seriamente afectado por cheias, principalmente porque é atravessado por nove rios internacionais, tornando-se particularmente vulnerável.

O país sofreu a sua pior cheia no ano de 2000, que deixou cerca de 700 pessoas mortas e centenas de outras pessoas deslocadas, de acordo com as estatísticas oficiais.

No entanto, o governo já criou um instituto extremamente dinâmico de gestão de desastres para lidar com tais fenómenos.

O fortalecimento do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) Moçambique, ao longo de vários anos, tem mostrado resultados reflectidos na diminuição de pessoas afectadas pelas cheias, devido a Sistemas eficazes de Aviso Prévio, bem como serviços de rápida evacuação dos afectados pelas cheias.

Por exemplo, em Março de 2014, o INGC salvou vidas quando alertou atempadamente os moradores da Aldeia 3 Fevereiro de perto a bacia do rio Incomáti, no distrito de Manhiça, para deixar a área antes das cheias atingirem aquela área.

"Estamos a apelar a população a deixar a área", afirmou a porta-voz do INGC, Rita Almeida, na Antena Nacional, acrescentando que as pessoas que vivem na bacia do Incomáti estavam em risco de inundações, porque os níveis de água ao longo do rio tinham atingido cerca de 5,9 metros nas zonas mais baixas do distrito.

A maioria das pessoas seguiu o conselho e se refugiaram em abrigos de emergência em terrenos mais altos.

O Presidente Armando Guebuza elogiou "a forma como o povo acatou as instruções para se retirar das zonas de risco." Ele apelou a todos os intervenientes, incluindo o governo, líderes comunitários, organizações da sociedade civil e o público, para permanecer em estado de alerta contra a possível ocorrência de cheias.

Além de melhorar o seu sistema de aviso prévio, Moçambique também tem investido fortemente na gestão de desastres.

Entre 2009 e 2011, o governo moçambicano colocou a disposição cerca de 275 milhões de dólares norte-americanos para as acções de redução do risco de desastres.

Este enorme investimento é essencial para Moçambique já que o País aprende e consolida a maneira de lidar com os vários tipos de desastres.

Zâmbia e Zimbabwe melhoram a coordenação na abertura de comportas da Barragem de Kariba

EM TODAS as épocas chuvosas as comportas da Barragem de Kariba têm de ser abertas para aliviar a pressão na parede da barragem.

No entanto, a abertura das comportas tem um efeito negativo sobre as pessoas que vivem perto das margens do rio Zambeze, particularmente a jusante da barragem.

Apesar da barragem de Cahora Bassa, em Moçambique também ter a capacidade de acomodar o súbito fluxo de água quando as comportas são abertas em Kariba, houve casos em que o fluxo repentino causou graves inundações ao longo do Vale do Zambeze, especialmente na Namíbia e em Moçambique.

Como resultado disto, Zâmbia e Zimbabwe, que gerem a Barragem de Kariba através da Autoridade do Rio Zambeze, introduziram um mecanismo que garante que a abertura das comportas seja bem gerida.

Por exemplo, somente uma comporta está aberta, em qualquer momento particular, em comparação com o passado, quando duas ou mais portas poderiam ser abertas ao mesmo tempo.

Além disso, a abertura das comportas é anunciada pelo menos com sete dias de antecedência e comunicada a todas as partes, incluindo as comunidades locais, bem como as de Moçambique e da Namíbia.

A melhoria na coordenação na comunicação da abertura de comportas Kariba, permite que as pessoas se mudem para um lugar mais alto, reduzindo os impactos de possíveis inundações



da Gestão de Desastres na África Austral

comum na África Austral e cada vez que elas anas e de animais bem como a destruição de rupção de epidemias. A revista *África Austral* dos Membros da SADC no tocante ao reforço sposta aos impactos das cheias e aos desafios

que ocorrem geralmente perto das margens do rio Zambeze, quando as comportas são abertas.

Maurícias estabelecem sistema de prontidão a tempestades

VAGAS DE tempestade são comuns nas Maurícias devido à sua localização costeira do Oceano Índico e causam a perda de vidas e destruição de infra-estruturas.

Para lidar com esse desafio, as Maurícias adoptaram um plano de alerta prévio de vagas de tempestade.

O Sistema de Aviso Prévio a (EWS), divulgado em Março, será implementado conjuntamente pelos Serviços Meteorológicos das Maurícias e pelo Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Os Serviços Meteorológicos das Maurícias irão gerir o sistema e detectar tempestades antes de atingirem o país.

As informações serão divulgadas para as pessoas que vivem em áreas que estão de alto risco a tempo de serem evacuadas para terrenos mais elevados.

Prevê-se que as pessoas que vivem nas zonas costeiras tenham conhecimento de possíveis vagas de tempestade com pelo menos três horas de antecedência.

Mais de 226 mil pessoas nas Maurícias vivem na zona costeira e são directamente vulneráveis aos efeitos de tempestades.

A tempestade é normalmente gerada por condições climáticas extremas causadas por mudanças do nível do mar. O fenómeno mais perigoso está associada a ciclones que são responsáveis por mais de 70 por cento das mortes e danos.

O EWS, que visa proteger as vidas e meios de subsistência das comunidades costeiras vulneráveis, poderá vir a melhorar a compreensão das mudanças climáticas entre os residentes e desenvolver a capacidade das comunidades para responder aos desastres.

Espera-se que esteja operacional em Julho de 2014. O Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável se comprometeu a disponibilizar recursos financeiros significativos para garantir que o sistema seja um sucesso.

O EWS é um dos componentes do Fundo de Adaptação, um fundo internacional que financia

projectos e programas destinados a ajudar os países em desenvolvimento a se adaptarem aos efeitos nocivos das mudanças climáticas.

Ele foi criado no âmbito do Protocolo de Quioto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Climáticas.

África do Sul usa diques e sistemas hidráulicos

A **ÁFRICA** do Sul foi seriamente atingida por cheias nos últimos anos, e em 2011 mais de 90 pessoas morreram devido a inundações.

Em resposta a isso, o governo começou a construir diques e sistemas hidráulicos para garantir que as cheias sejam mitigadas e não tenham um impacto ainda mais grave.

Os diques e sistema hidráulico capturam parte do aumento nos fluxos de água, limitando o seu impacto sobre as pessoas e bens.

Outras iniciativas regionais

OS ESTADOS Membros da SADC estão também ajudar uns aos outros a lidar com as inundações, uma vez que as cheias atingem qualquer região geográfica.

Por exemplo, a Namíbia enviou três helicópteros para o Zimbábue em Fevereiro, para resgatar e evacuar mais de 600 pessoas na bacia hidrográfica de Tokwe-Mukosi severamente afectada pelas cheias em Masvingo, no sul do país.

Para complementar as medidas de resiliência convencionais, outras estratégias tem sido adoptadas a partir da adopção ou incorporação de acções e culturas locais de resposta as adversidades através do uso das tradições locais, conhecidas por sistemas de conhecimento indígena, transmitidas de forma oral sem que tenham sido escritas (*ver caixa*). r



Kuomboka

O **KUOMBOKA** é uma cerimónia tradicional anual, celebrada no final de Março ou início de Abril pelo povo Lozi, da província ocidental da Zâmbia. A cerimónia assinala o movimento sazonal do Chefe Supremo, o Litunga, das planícies de inundação para as terras altas, assim o nome Kuomboka significa "sair da água".



Maurícias apoiam expansão de empresas em África



AS MAURÍCIAS lançaram um fundo de 500 milhões de Rupias (17 milhões de dólares norte-americanos) para comprar participações em empresas locais que queiram expandir os seus negócios na África.

O ministro das Finanças, Xavier Duval, disse que o governo vai comprar participações até 10 por cento, mas não mencionou quaisquer empresas específicas.

"Estamos optimistas em atrair mais parceiros uma vez que os

fundos de pensão e de quitações privadas e ajudariam a aumentar o Fundo de África para 2 biliões de Rupias", disse Duval.

As Maurícias vem tentando reduzir a sua dependência do turismo, do açúcar e dos têxteis porque agora as empresas a

crescer em serviços bancários, outsourcing, imobiliária e turismo médico. r

Malawi explora novos mercados para o tabaco



MALAWI iniciou um programa para explorar novos mercados para o seu tabaco, uma vez que visa a diversificar sua base de clientes.

Uma delegação do Malawi completou uma viagem promocional ao Egipto e aos Emirados Árabes Unidos, em Março.

O Director Executivo da Comissão de Controle do Tabagismo (TCC), Bruce Munthali, disse que a missão gerou um grande interesse de potenciais compradores que pediram amostras do tabaco do Malawi, especialmente a variedade Burley.

"A missão promocional rendeu sucessos porque conseguimos aumentar a visibilidade do tabaco do Malawi nos países que visitamos e há sinais positivos de que possamos ver as demandas de exportação de tabaco a aumentar."

Munthali disse que várias empresas dos países visitados também manifestaram interesse em investir na indústria de fabricação de cigarros. O Malawi tem apenas uma empresa de fabricação de cigarros. (*The Nation*) r

Rei Mswati inaugura novo aeroporto da Swazilândia



O REI Mswati III inaugurou um novo aeroporto na Swazilândia, em Março, que tem capacidade para lidar com aeronaves maiores e mais passageiros.

O Aeroporto Internacional Rei Mswati III, avaliado em 280 milhões de dólares norte-

americanos, está localizado a cerca de 70km de distância da capital Mbabane e tem capacidade para lidar com 300 passageiros por hora, enquanto sua pista poderá receber jactos Jumbo quando estiver totalmente operacional.

O aeroporto, no entanto, ainda aguarda a licença de

exploração pela Associação Internacional de Transportes Aéreos (IATA).

Esta nação da África Austral não tem uma companhia aérea própria e é actualmente servida por SA Airlink, da África do Sul, que opera a partir de um pequeno aeroporto na cidade comercial de Manzini. r

Chegada de turísticas sobe 11 por cento nas Seychelles



As Ilhas Seychelles registaram um crescimento de 11 por cento nas chegadas de turistas em 2013 graças ao forte investimento e desempenho do sector do turismo da companhia aérea nacional.

O Presidente James Michel revelou que as Seychelles receberam mais de 230.000 visitantes em 2013, um aumento de 11 por cento sobre o ano 2012.

"Ao mesmo tempo, continuamos a atrair investimentos, tanto locais como estrangeiros, no sector de turismo", disse ele no seu discurso do Estado da Nação.

O número de pousadas e hotéis aumentou de 417 em 2012 para 438, e capacidade de quartos aumentou sete por cento durante o mesmo período.

Dois grandes hotéis estão em construção em Beau Vallon e BelOmbre, que poderão aumentar a capacidade de quartos para 300 e criar 600 novos postos de trabalho. r

Botswana e Namíbia assinam acordo de porto seco



O BOTSWANA E a Namíbia vão assinar um acordo que vai permitir aos dois países vizinhos desenvolver 1,500 km de ferroviária para o transporte de carvão ao porto de Walvis Bay.

O Presidente Executivo da Câmara de Minas do Botswana, Charles Siwawa, disse que "falhas técnicas" que atrasaram o projecto da ferrovia Trans-Kalahari já foram resolvidas.

Ele disse que o acordo de joint-venture irá pavimentar o caminho para iniciativas de financiamento e concursos públicos.

Isto ocorre após um acordo de princípio entre a Namíbia e Botswana no ano passado para a construção de uma linha ferroviária Trans-Kalahari que vai transportar mercadorias, principalmente carvão, do Botswana para Walvis Bay.

Depósitos de carvão de Morupule, no Botswana, figuram entre os maiores do mundo e tem a capacidade

para exportar cerca de 100 milhões de toneladas de carvão por ano.

A linha ferroviária Trans-Kalahari está em discussão a vários anos e é considerada ideal para exportar o carvão através de Walvis Bay. r

MOEDAS

Abril 2014

País	Moeda	(US \$1)
Angola	Kwanza (100 lwei)	97.59
Botswana	Pula (100 thebe)	8.89
RDC	Franco Congolês	912.50
Lesotho	Maloti (100 lisente)	10.68
Madagáscar	Ariary	2,344.00
Malawi	Kwacha (100 tambala)	404.55
Maurícias	Rupia (100 cêntimos)	29.90
Moçambique	Metical (100 centavos)	31.55
Namíbia	Dólar (100 cêntimos)	10.68
Seychelles	Rupia (100 cêntimos)	12.04
África do Sul	Rand (100 cêntimos)	10.68
Swazilândia	Lilangeni (100 cêntimos)	10.68
Tanzânia	Shilling (100 cêntimos)	1,632.00
Zâmbia	Kwacha (100 ngwe)	6.03
Zimbabwe	Dólar norte-americano (100 cêntimos)	1

O Zimbabwe usa, desde 2009, um sistema de moedas múltiplas, no qual o dólar norte-americano é a moeda de maior circulação.



Tempo para Paridade do Género

CINCO PROCESSOS eleitorais nacionais, previstos para este ano África Austral, designadamente na África do Sul, Malawi, Botswana, Moçambique e Namíbia serão estratégicos em diversos aspectos.

Estes processos ocorrem um ano antes do prazo para a

SADC atingir a meta de 50:50 de representação de homens e mulheres nos principais cargos de tomada de decisão.

De acordo com o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, que entrou em vigor em 2013, após a ratificação por dois terços dos signatários,

os países da África Austral deve alcançar 50:50 de representações nos principais cargos de tomada de decisão até 2015.

No entanto, apenas cinco países da SADC estão significativamente próximos de atingir a meta de paridade no Parlamento, estando acima do

limiar de 30 por cento definido anteriormente pelos líderes regionais no tocante a representação de mulheres nos cargos de tomada de decisões.

Trata-se das Seychelles (43,8 por cento), África do Sul (42,3 por cento), Moçambique (39,2 por cento), República Unida da Tanzânia (36 por cento) e Angola (34,1 por cento).

O Zimbabwe, que introduziu um sistema de quotas ao abrigo da nova Constituição, tem agora 31,5 por cento de representação de mulheres na Assembleia Nacional.

A representação média de mulheres no parlamento está muito aquém da meta de 50 por cento acordado no âmbito do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, apesar de ter aumentado de 20,6 por cento e 23 por cento, em 2005 e 2011 respectivamente, para 25,8 por cento nos meados de 2013.

Em termos de representação de mulheres no Governo, apenas a África do Sul superou a anterior meta de 30 por cento, mas mais mulheres na região têm agora uma maior variedade de pastas ministeriais, como a política externa, assuntos internos, defesa, finanças, educação, saúde e comércio e indústria. *sardc.net* r

África do Sul aprova Lei de Igualdade de Género

O **PARLAMENTO** Sul-Africano aprovou a Lei de Autonomia das Mulheres e Igualdade de Género (WEGE) num passo descrito como um marco importante para a igualdade de género nos sectores público e privado.

A Lei foi aprovada pela Assembleia Nacional em Março e encaminhada ao Conselho Nacional de Províncias (NCOP), onde mais consultas deverão ocorrer a nível de base em todas as províncias.

A Lei prevê a realização progressiva da representação, na dos 50 por cento, das mulheres nas estruturas de tomada de decisão, acesso melhorado e igual à educação e à formação e desenvolvimento de competências, bem como medidas para promover e proteger a saúde reprodutiva das mulheres, práticas de eliminação da discriminação e actos prejudiciais incluindo a violência baseada no género.

A actual representação das mulheres nas estruturas de governação é de 44 por cento para o Parlamento, 42 por cento no Governo central e 38,4 por cento no Governo Local.

"A Lei reafirma o cometimento na promoção da igualdade do género e a proibição da discriminação baseada no género, em conformidade com a Lei dos Direitos previstos na Constituição e Instrumentos Internacionais assinados e ratificados pela África do Sul," disse Lulu Xingwana, Ministra da Mulher, Crianças e Pessoas Portadoras de Deficiência.



Parlamento Sul Africano na Cidade do Cabo

Os instrumentos regionais e internacionais de que a África do Sul aderiu incluem a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, Plataforma de Acção de Beijing, o Protocolo da União Africana, o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

A África do Sul junta-se a outros Estados Membros da SADC que têm leis de igualdade de género.

Estes incluem o Malawi, que aprovou a Lei de Igualdade de Género em 2013 que, entre outras coisas, visa promover a igualdade em todas as esferas da sociedade. r

Namíbia actua contra Violência Baseada no Género

O **GOVERNO** da Namíbia prometeu agir rapidamente para implementar medidas que assegurem que os autores de Violência Baseada no Género sejam severamente punidos.

O Presidente Hifikepunye Pohamba disse que as medidas incluem alterações à legislação existente, nomeadamente a Lei do Processo Penal e a Lei do Serviço Correccional, para apertar os requisitos de caução e proibição da liberdade condicional para culpados.

Ele disse que a nova legislação vai impor penas de prisão maior sobre as pessoas condenadas por

delitos. A Namíbia assistiu um grande aumento de casos de violência doméstica no ano passado, a maioria envolvendo o assassinato de mulheres por parte dos seus maridos ou parceiros.

"Perante esta situação sem precedentes, é preciso tomar medidas urgentes. Nós precisamos de nos unir como nação e enfrentar este fenómeno feio com uma determinação", disse Pohamba.

O Governo namibiano elaborou uma resolução especial em Março, para alterar a Lei do Processo Penal de 1977 para

apertar os requisitos para o pedido de pagamento de caução por pessoas acusadas de actos de violência de violência doméstica.

Pohamba disse que a Namíbia está a planear realizar uma Segunda Conferência Nacional sobre a Violência Baseada no Género (VBG) na qual o País vai tentar encontrar soluções para a VBG.

O líder namibiano discursava perante cerca de 10.000 pessoas que se reuniram na capital Windhoek no Dia Internacional da Mulher, num culto pelas vítimas da VBG. r



Candidatos as eleições presidenciais em Moçambique, da esquerda para a direita Davis Simango, Afonso Dhlakama e Filipe Nyussi.

Processo eleitoral Moçambicano em curso

por Phyllis Johnson

O **RECENSEAMENTO** eleitoral em Moçambique começou em Fevereiro, oito meses antes das eleições marcadas para o deste ano.

Esta primeira fase de preparação das eleições, prevista para decorrer até 29 de Abril, foi prorrogada por mais 10 dias, a pedido de um dos partidos de oposição, a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo).

O processo vai, portanto, terminar no dia 9 de Maio e será seguido pelo registo dos partidos políticos e dos candidatos para as eleições presidenciais, legislativas e provinciais previstas para 15 de Outubro de 2014.

Para as eleições parlamentares, cada lista deve conter candidatos provinciais suficientes para preencher todos os lugares atribuídos a essa província, além de pelo menos três candidatos suplentes.

Isto parece descartar a possibilidade de partidos menores terem a oportunidade de ganhar assentos. No entanto, espera-se que 20 ou 30 partidos possam apresentar pedidos de registo em Maio, uma vez que o Estado prevê o financiamento de campanhas eleitorais e de qualquer partido cujos candidatos sejam aceites pela Comissão Nacional de Eleições de terem o direito a uma parte dos recursos.

Os três principais partidos políticos deverão apresentar listas completas de candidatos ou extensas, embora a Renamo possa lutar para fazê-lo, depois de ter perdido uma parte dos seus membros, financiamento e apoio a favor do Movimento Democrático de Moçambique (MDM).

Os três maiores partidos identificaram os seus candidatos à presidência para disputar as eleições, incluindo Afonso Dhlakama, da Renamo e Daviz Simango, líder do MDM, que é o actual Edil da Beira, que conquistou mais um mandato nas eleições municipais realizadas em Novembro do ano passado.

O partido Frelimo do presidente Armando Guebuza terá um candidato diferente este ano, uma vez que Guebuza cumpriu os dois mandatos permitidos pela Constituição do país.

Ele continua a ser o líder do partido. O candidato da Frelimo, para a presidência do País é Filipe Jacinto Nyussi, Ministro da Defesa, que foi eleito pelo Comité Central do Partido o mês passado.

Nyussi, 55 anos, nasceu em Mueda, na província nortenha de Cabo Delgado, facto que sinaliza que o partido está a começar a mudar o foco para o norte, rico em recursos do País, e regresso às suas raízes.

Cabo Delgado foi o coração e a sede da guerra de libertação em Moçambique (1964-1975), apoiada pela República Unida da Tanzânia.

Ambos os países identificaram recentemente reservas significativas de gás natural no mar e na região da fronteira, e muitos minerais estratégicos estão localizados na área.

Nyussi nasceu a 9 de Fevereiro de 1959 e cresceu com o movimento de libertação nacional que conquistou a independência do domínio colonial Português.

Quando ele tinha dois anos de idade, ocorreu um incidente em Mueda a 16 de junho de 1960 que foi tão importante na mobilização e politização dos moçambicanos tal como o massacre de Sharpeville, ocorrido três meses antes, foi importante para os sul-africanos.

A policia colonial disparou contra manifestantes desarmados que exigiam melhores condições de vida e salários nas fazendas de algodão, no que ficou conhecido como o massacre de Mueda. Cerca de 500 pessoas morreram, embora os números exactos tenham sido ocultados pelas autoridades coloniais.

Ambos os pais de Nyussi eram veteranos da guerra, que estava a começar na época em que foi levado, através do rio Rovuma junto a fronteira com a Tanzânia,

para a escola primária Frelimo em Tunduru do outro lado da fronteira.

A Tanzânia forneceu abrigo para os refugiados moçambicanos e uma base de retaguarda para os guerrilheiros da Frelimo, incluindo treinamento e equipamento, bem como hospedagem do Comité de Libertação da Organização da Unidade Africano (OUA).

Nyussi é da etnia Makonde e da União Nacional Africana Makonde (mais tarde União Nacional Africana de Moçambique) que foi um dos primeiros movimentos formados para exigir a independência, e um dos três partidos que se uniram para formar a Frelimo em 1962.

A Frelimo lançou a guerra de libertação em Cabo Delgado, a 25 de Setembro de 1964, e o homem creditado para disparar os primeiros tiros é antecessor popular de Nyussi como Ministro da Defesa, Alberto Chipande, que foi nomeado pelo primeiro Presidente, Samora Machel, depois da Independência em 1975 e ocupou o cargo até 1986.

O jovem Filipe Nyussi foi capaz de voltar para casa durante a guerra para iniciar o ensino secundário na escola da Frelimo em Mariri, em Cabo Delgado, até então uma zona liberada, e terminou mais tarde na Escola Secundária Samora Machel, na Beira, após a independência alcançada a 25 de Junho de 1975.

Mais tarde, ele se formou em engenharia mecânica (1990), e juntou-se a empresa dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), tornando-se Director Executivo do CFM Norte de 1995-2007, durante um período em que Guebuza era Ministro dos Transportes e Comunicações.

Se for eleito no dia 15 de Outubro deste ano, ele vai se tornar o primeiro presidente originário do Norte, uma vasta região que se estende por 2470 km ao longo da costa sudeste da África entre Tanzânia e África do Sul. O actual Presidente



Presidente moçambicano, Armando Guebuza

Guebuza, que é do sul, também cresceu no norte e lutou na guerra de libertação.

Nyussi foi nomeado pelo Presidente Guebuza como Ministro da Defesa, em 2008, e eleito para o Comité Central do Partido em 2012.

A oposição Renamo, que detém 51 assentos na Assembleia Nacional, retomou os ataques armados isolados na principal estrada norte-sul a partir de uma base localizada perto da Gorongosa, província de Sofala, no centro do país, que lembra a desestabilização do país, na década de 1980, que consistia na sabotagem económica e física, apoiado pelo então regime do apartheid na África do Sul.

Renamo não participou nas eleições municipais de Novembro e há pouca indicação de que possa melhorar o seu desempenho a nível nacional. Outro concorrente nas eleições é o MDM, liderado por Daviz Simango, que se separou da Renamo em 2009.

O MDM conta apenas com oito assentos na Assembleia Nacional, mas teve um bom desempenho nas eleições municipais realizadas em 54 municípios em Novembro de 2013, vencendo a presidência e as assembleias municipais das principais cidades (Beira, Quelimane e Nampula), enquanto a Frelimo varreu o resto e está confiante na vitória.

O MDM, também está confiante após a expansão do seu apoio em áreas urbanas e anunciou que o seu objectivo é ganhar uma maioria na Assembleia Nacional. sardc.net.r

República Centro Africana

Conflicto na fronteira da SADC

por Joseph Ngwawi

PARA A MAIORIA das pessoas na África Austral, o conflito na República Centro Africana é um assunto distante separado da situação política e económica na África Austral.

No entanto, um conflito violento e brutal está em curso num país que faz fronteira com a República Democrática do Congo (RDC), um Estado-membro da SADC.

Quatro pessoas diferentes ocuparam a Presidência desde Março de 2013 e, actualmente a ex-edil de Bangui é Presidente interino, Catherine Samba-Panza.

A capital, Bangui, está na área de fronteira e, inevitavelmente, há transposição para o norte da República Democrática do Congo com o potencial para uma nova escalada, embora a maior parte da violência está ocorrendo em áreas rurais no norte do país, na fronteira com o Chade.

A fase actual de violência na República Centro Africana (RCA) começou em Janeiro do ano passado. Quase um milhão da população da RCA de 4,8 milhões, desde então, fugiu das suas casas e entre 80.000 e 100.000 refugiados já fugiram para os países vizinhos, incluindo a RDC.

Há várias dimensões do conflito, incluindo entre milícias étnicas e religiosas, e profundamente entrelaçada com a história colonial do país, nomeadamente a antiga potência colonial, a França, uma situação semelhante à ex-colónias francesas no norte, como o Chade e Mali.

Rica em diamantes, madeira, ouro, urânio e petróleo, o País foi afectado por cinco golpes de Estado e inúmeras rebeliões desde a independência da França em 1960 uma vez que grupos diferentes lutam pelo controlo dos recursos.

Apesar de rico em minerais, o país está entre os mais pobres do mundo. Isso, junto com repercussões de conflitos na

vizinha República Democrática do Congo (RDC), Sudão e Chade, destruiu o Estado de direito, deixando o governo interino com a formidável tarefa de tentar restaurar a ordem.

A ONU alertou para o genocídio, estabelecendo um paralelismo com seu fracasso em evitar o genocídio do Ruanda, há 20 anos.

O Secretário-Geral Adjunto das Nações Unidas, Jan Eliasson, advertiu no ano passado que a situação poderia atingir o "caos completo" e apelou para uma acção urgente. "Um país no coração da África está a mergulhar no caos completo diante dos nossos olhos."

Há 6.000 soldados da Força de Manutenção de Paz da União Africana operando como parte da Missão de Apoio Internacional a RCA, liderada por África, (MISCA), e o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou por unanimidade, a 10 de Abril, a implantação de uma força de paz composta por 12.000 homens.

As actuais forças de pacificação da UA irão operar como parte da Missão Multidimensional das Nações Unidas de Estabilização na RCA (MINUSCA), a ser lançada a 15 de Setembro por um período inicial até 30 de Abril de 2015.

A missão irá assegurar protecção civil, apoio ao desarmamento e prestação de assistência humanitária. No entanto, ainda não está clara a proveniência dos outros 4.000 soldados e 1.800 polícias, bem como a fonte de financiamento estimada em milhões de dólares de dólares norte-americanos.

A União Europeia anunciou que vai enviar 1.000 soldados da UE no final de Abril para apoiar os 2000 soldados franceses já no terreno.

Apesar do aparente afastamento dos problemas do RCA, o conflito deve ser verdadeira causa de preocupação para a região da SADC.

Este país sem litoral partilha uma fronteira de 1.577 km com a RDC, tornando-se uma nova potencial frente para os insurgentes que lutam contra o Governo do Presidente Joseph Kabila, no leste do país.

De acordo com Nanjala Nyabola, um analista político baseado na Faculdade de Direito de Harvard, A RCA é parte de um sistema de conflito que envolve o Sudão do Sul, Sudão, Uganda do norte, nordeste da República Democrática do Congo e Chade, com o envolvimento tácito dos países de vizinhos como o Ruanda e os Camarões.

Os Estados Unidos enviaram 100 forças especiais para operar nessa área geográfica, ostensivamente para caçar um grupo rebelde do Uganda, e o número foi recentemente aumentada.

"A actual guerra na RCA, embora geograficamente esteja a ocorrer numa entidade política separada, é também parte de um sistema mais amplo de violência com ligações com os conflitos em curso ou aparentemente resolvidos na região", escreveu Nyabola no jornal namibiano Southern Times.

A Violência continua na RCA deve, portanto, ser vista à luz do seu potencial para agravar os problemas políticos na RDC.

Dezenas de milhares de refugiados procuraram refúgio na RDC desde meados de 2013, atravessando a fronteira na

região de Ubangi, da província de Equateur, e na região de Bas Uele, da Província Oriental da RDC.

O afluxo de refugiados é susceptível de agravar os problemas de segurança na RDC, que está lutando contra insurgentes que lançam ataques a partir do vizinho Ruanda e Uganda.

Os insurgentes lançaram uma rebelião contra o governo da RDC em Abril de 2012 e ameaçaram a marchar em direcção de Kinshasa, a capital do país vasto e rico em minerais que tem um papel importante na política e economia regional, e que alberga um dos maiores depósitos do mundo de diamantes, cobre e cobalto.

Um surto de a guerra civil da RDC teria efeitos nocivos sobre a SADC, cuja agenda de integração tem como premissa a estabilidade, a paz e a segurança nesta região de 15 membros.

A RDC também tem uma grande capacidade agrícola inexplorada e pode ser a próxima cesta de alimentos de África, se os esforços de paz em curso darem frutos.

Atravessado pelo equador e abrangida por duas zonas tropicais, o seu clima favorece o cultivo de uma grande variedade de culturas tropicais e subtropicais. Mais da metade das terras da RDC é arável e adequada para a agricultura, mas actualmente apenas uma fracção está sendo utilizada. r



ODMs

Contagem decrescente para 2015

A **ÁFRICA** Austral registou progressos significativos no cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) rumo a 2015.

No entanto, há ainda muito por fazer para manter este ritmo muito além do cronograma dos ODMs de forma a garantir que as condições sócio-económicas, em geral, continuem a melhorar.

Um total de oito metas, que vão desde a educação, a saúde, a pobreza e o ambiente, foram aprovados pela comunidade global no ano de 2000 com metas desejáveis e indicadores mensuráveis.

As metas visam melhorar o desenvolvimento socioeconómico no mundo, particularmente nos Países em desenvolvimento.

"Foram feitos progressos substanciais em África em direcção ao alcance de muitos objectivos, metas e indicadores", indica o Relatório de 2013 sobre os ODMs. (Ver tabela)

A região da SADC lidera em áreas como desenvolvimento de género e saúde. Por exemplo, dos 11 Países com melhor desempenho no alcance do *Objectivo 3*, atinente a promoção da igualdade do género e autonomia das mulheres, seis são da África Austral. Trata-se de Angola, Botswana, Ilhas Maurícias, Moçambique, Seychelles e África do Sul.

De acordo com o Monitor do Género da SADC de 2013, todos esses países, excepto o Botswana conseguiram alcançar mais de 30 por cento de representação do género no parlamento.

A igualdade do género está firmemente enraizada na agenda de integração regional da SADC e os Estados-Membros apoiam o princípio fundamental de que os homens e as mulheres devem ser envolvidos de igual modo na tomada de decisões a todos os níveis e em todas as posições de liderança.

Isso se reflecte no Protocolo da SADC sobre Género e

Desenvolvimento que apela para a paridade de 50:50 até 2015, e nas constituições da maioria dos países da SADC que fornecem marcos legais contra a discriminação do género.

Em relação ao *Objectivo 6*, sobre o combate ao HIV e SIDA,

tuberculose, malária e outras doenças, cinco dos 15 países com melhor desempenho são da região da SADC. Esses Países são Botswana, Namíbia, Maurícias, África do Sul e Zimbábue.

O Desempenho para alcançar outras metas tem sido irregular

devido a vários desafios que afectaram o processo de implementação dos ODM.

Assim, continua a ser necessário definir medidas concretas para acelerar a implementação de algumas das metas visadas. r

Rumo a uma agenda pós-2015

CONSULTAS SOBRE a agenda de desenvolvimento pós-2015 tem estado a decorrer a escala global com o objectivo de encontrar consensos sobre o novo programa que vai substituir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio depois do próximo ano.

Como parte do processo de consulta, as Nações Unidas enviaram questionários para alguns países sobre os assuntos que devem estar na ordem do dia.

Dos 68 países seleccionados, três são da região da SADC. Trata-se do Botswana, Zâmbia e Zimbábue.

Os três países da SADC identificaram uma série de áreas prioritárias que devem ser abordados nas propostas dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como contributo para o alcance do desenvolvimento sustentável desenvolvimento.

Entre as áreas prioritárias identificadas figuram a redução da pobreza, a segurança alimentar, o desenvolvimento de infra-estruturas, capacitação, transferência e mitigação às mudanças climáticas.

No concerner a questão se os ODS devem ser comuns para todos ou se devem ser definidos

por cada País ou ainda em função das características de cada País ou do nível de desenvolvimento, os três Países apresentaram respostas similares.

Disseram que os objectivos devem ser comuns, mas diferenciados dependendo das características do país e do nível de desenvolvimento, pois as prioridades de cada país são diferentes.

"A maioria dos países têm diferentes culturas, economias e políticas, como tal, é importante que eles tenham diferentes metas em vez de receberem metas impostas", diz parte da resposta do Botswana. r

Panorama do cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento de África em 2013

Objectivo	Situação	Melhor desempenho dos Países, metas e indicadores específicos
Objectivo 1 Erradicar a pobreza extrema e a fome	Fora do roteiro	Meta 1A Egipto, Gabão, Guiné, Marrocos, Tunísia Meta 1B Burkina Faso, Etiópia, Togo, Zimbábue Meta 1C Argélia, Benin, Egipto, Ghana, Guiné Bissau, Mali, África do Sul, Tunísia
Objectivo 2 Atingir o ensino básico universal	Dentro do roteiro	Indicador 2.1 Argélia, Egipto, Ruanda, São Tomé e Príncipe Indicador 2.2 Ghana, Marrocos, Tanzânia, Zimbábue
Objectivo 3 Promover a igualdade do género e a autonomia das mulheres	Dentro do roteiro	Indicador 3.1 Gâmbia, Ghana, Maurícias, Ruanda, São Tomé e Príncipe Indicador 3.2 Botswana, Etiópia, África do Sul Indicador 3.3 Angola, Moçambique, Ruanda, Seychelles, África do Sul
Objectivo 4 Reduzir a mortalidade infantil	Fora do roteiro	Indicadores 4.1 e 4.2 Egipto, Libéria, Líbia, Malawi, Ruanda, Seychelles, Tunísia
Objectivo 5 Melhorar a saúde materna	Fora do roteiro	Meta 5A Guiné Equatorial, Egipto, Eritreia, Líbia, Maurícias, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Tunísia Meta 5B Egipto, Ghana, Guiné-Bissau, Ruanda, África do Sul, Swazilândia
Objectivo 6 Combater o HIV e SIDA, Malária, Tuberculose e outras doenças	Dentro do roteiro	Meta 6A Costa do Marfim, Namíbia, África do Sul, Zimbábue Meta 6B Botswana, Comores, Namíbia, Ruanda Meta 6C Argélia, Cabe Verde, Egipto, Líbia, Maurícias, São Tomé e Príncipe, Sudão, Tunísia
Objectivo 7 Garantir a sustentabilidade ambiental	Fora do roteiro	Meta 7A Egipto, Gabão, Marrocos, Nigéria Meta 7C Argélia, Botswana, Burkina Faso, Comores, Egipto, Etiópia, Líbia, Mali, Maurícias, Namíbia, Swazilândia
Objectivo 8 Parceria Global para o Desenvolvimento	Fora do roteiro	Meta 8F Quênia, Líbia, Ruanda, Seychelles, Sudão, Uganda, Zâmbia

Nações Unidas (NU)



Eventos Abril - Junho de 2014



ÁFRICA AUSTRAL HOJE
SADC HOJE Vol 16 No 3 Abril 2014

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Egline Tauya, Admire Ndhlovu,
Phyllis Johnson, Danai Majaha, Shirley Pisirai

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Austría.

© SADC, SARDC, 2014

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya, Anisha Madanhi

FOTOS E ILUSTRAÇÕES
P1 zimbabwe.um.dk, chronicle.co.zw, newsday.co.zw;
P2 www.sadc.cd, en.wikipedia.org, www.saaq.org.za; P4 businesslinktz.com;
P5 www.panoramio.com; P6 www.pennenergy.com, newsday.co.zw, wordpress.com;
P8 Vitorino Mondlane INGC, voazim.com, herald.co.zw, wordpress.com;
P9 www.unisdr.org, barotseland.com; P10 mauritius-news.lexpressproperty.com,
www.wordpress.com, bioenergyconsult.com, www.chronicle.co.zw;
P11 citizensplatform.net; P12 wordpress.com, africatravelresource.com,
macua.com, herald.co.zw, Angop; P13 AFP;
P14 www.worldvision.com.au, wordpress.com, worldreview.info,
www.aurecon.com; P16 P. Johnson SARDC

Subscriva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690,
Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
E-mail sadctoday@sardc.net

www.sardc.net
Conhecimento para o Desenvolvimento




Abril
8-9, África do Sul

Encontro do Grupo de Trabalho do SAPP sobre Energia Renovável

O grupo de trabalho das Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) reúne-se regularmente para desenvolver estratégias para aumentar a absorção de energia renovável na região da SADC, bem como para ajudar a avaliar o impacto das tecnologias de energia renovável na rede da SAPP.

Data por marcar,
Botswana

Fórum da SADC sobre Migração Digital na Radiodifusão

O fórum vai reunir as empresas de radiodifusão e os governos da região da SADC para discutir as actividades visando assegurar que todos os Estados membros estejam prontos para a transição da radiodifusão analógica para digital até Junho de 2015.

28 de Abril-2 de Maio,
Etiópia

Reunião conjunta de Ministros da Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquacultura e Desenvolvimento Rural da UA

Após a declaração de 2014 como o ano da Agricultura e Segurança Alimentar para a África, os ministros vão se reunir para discutir formas de aumentar a produção agrícola e segurança alimentar, bem como melhorar a vida das pessoas que vivem nas áreas rurais.

29-30,
Zâmbia

1ª Cimeira Africana sobre a Água

Marcando a conclusão do bem-sucedido programa tri-anual de treinamento sobre integridade regional, na África subsaariana, a cimeira tem como objectivo incentivar especialistas e políticos africanos a melhorar a disponibilidade de água e reduzir os conflitos sobre este bem.

7 de Maio,
África do Sul

Eleições Gerais

Mais de 25 milhões de sul-africanos vão às urnas nas eleições para escolher os membros da Assembleia Nacional, que depois elegerão o presidente. Estas são as quintas eleições gerais na África do Sul desde que a maioria negra foi permitida exercer o seu direito de voto após o fim do apartheid em 1994.

20 de Maio,
Malawi

Eleições Multipartidárias

O Malawi prepara-se para comemorar os seus 50 anos de independência, a 6 de Julho deste ano, ao mesmo tempo que cerca de 7.5 milhões de pessoas estão prontas para votar para eleger o seu presidente, os membros do Parlamento e do governo local a 20 de Maio.

5 de Junho,
Global

Dia Mundial do Meio Ambiente

O Dia Mundial do Meio Ambiente é comemorado para sensibilização sobre as alterações no meio ambiente. Em apoio à designação, pelas Nações Unidas, de 2014 como Ano Internacional dos Pequenos Estados Insulares (SIDS), as celebrações deste ano incidirão sobre os SIDS no contexto mais amplo das mudanças climáticas. O objectivo é ajudar a criar uma dinâmica para a 3ª Conferência Internacional sobre SIDS, marcada para Setembro.

20 anos



Primeiras eleições democráticas da África do Sul

ABRIL DE 2014 marca 20 anos desde que a África do Sul realizou suas primeiras eleições democráticas. Após uma série de negociações e anos de luta e tensão pela libertação, as primeiras eleições democráticas foram realizadas na África do Sul a 27 de Abril de 1994.

Pela primeira vez, todas as raças no país votaram por um governo da sua preferência. Um total de 19 partidos políticos participou nas eleições em que mais de 20 milhões de pessoas votaram.

O Congresso Nacional Africano (ANC) obteve a vitória, tendo conseguido 62 por cento dos votos, um pouco abaixo da maioria de dois terços necessários para alterar a Constituição Interina.

Conforme exigido por esse documento, o ANC formou um Governo de Unidade Nacional com o Partido Nacional (PN) e o Partido da Liberdade Inkatha, e outros dois partidos que ganharam mais de 20 assentos na Assembleia Nacional.

Os 400 membros da Assembleia Nacional foram escolhidos a partir de listas de partidos, proporcionalmente à participação de cada partido nas eleições gerais.

O primeiro acto da nova Assembleia Nacional foi a eleição de Nelson Mandela como Presidente, tornando-o no primeiro líder negro do País.

Mandela foi empossado como presidente a 10 de Maio, com FW de Klerk, do PN, e Thabo Mbeki, como vice-presidentes.

A eleição foi conduzida sob a direcção da Comissão Eleitoral Independente (CEI), e marcou o fim de um processo de negociação de quatro anos, que pôs fim ao regime de apartheid.

A 2 de Fevereiro de 1990, o então presidente FW de Klerk tinha levantado restrições sobre os 33 grupos da oposição, incluindo o ANC, o Congresso Pan-Africano e o Partido Comunista, na abertura do Parlamento.

Isso foi seguido pela libertação de Mandela da prisão a 11 de Fevereiro do mesmo ano e o desmantelamento gradual da legislação restritiva.

Os grupos políticos começaram a negociar o fim do regime de minoria branca, e no início de 1992 o eleitorado branco endossou a posição de de Klerk sobre essas negociações durante um referendo.

Um acordo foi alcançado em 1993 para a formação de um Governo de Unidade Nacional que permitiria uma parceria entre o antigo e o novo regime.

O optimismo gerado pelas negociações foi abalado pelo assassinato de Chris Hani, o Secretário-Geral do Partido Comunista. Somente um apelo imediato à nação, feito por Mandela, evitou uma reacção maciça.

Uma constituição interina foi acordada por 21 partidos políticos no final de 1993. A data 27 de Abril é agora um feriado público na África do Sul e é conhecido como o Dia da Liberdade. r

Mugabe sobre a essência da independência

"ISSO PARA mim é a essência humana, que deve formar o núcleo da nossa mudança política e independência nacional. A partir de agora, você e eu devemos nos esforçar para nos adaptar, intelectual e espiritualmente, para a realidade da nossa mudança política e nos relacionar como irmãos ligados um ao outro por um vínculo de camaradagem nacional. Se ontem eu lutei como um inimigo, hoje você se tornou um amigo e aliado com o mesmo interesse nacional, lealdade, direitos e deveres como eu. Se ontem você me odiava, hoje você não pode evitar o amor que une a mim e a você. Não é loucura, portanto, que, nestas circunstâncias, qualquer pessoa procurar reavivar as feridas e mágoas do passado? Os erros do passado devem agora ser perdoados e esquecidos"- Presidente Robert Mugabe, num discurso proferido em 4 de Março 1980, após a vitória eleitoral que conduziu à independência a 18 de Abril de 1980.

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Abril - Junho 2014

4 Abril	Dia da Paz e Reconciliação	Angola
7 Abril	Dia do Sheikh Abeid Karume	Tanzânia
	Dia da Mulher	Moçambique
18 Abril	Dia da Independência	Zimbabue
	Sexta-feira Santa	Toda a SADC excepto a RDC
19 Abril	Páscoa/Sábado Santo	Seychelles, Zâmbia
	Aniversário do Rei	Dia da Bandeira Nacional
21 Abril	Segunda-feira de Páscoa	Toda a SADC excepto a RDC
25 Abril	Dia da Bandeira Nacional	Swazilândia
26 Abril	Dia da União	Tanzânia
27 Abril	Dia da Liberdade	África do Sul
28 Abril	Feriado Público	África do Sul
30 Abril	Dia da Juventude	RDC
1 Maio	Dia do Trabalhador	RDC, Lesotho, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zimbabue
	Dia do Trabalho	Angola, Botswana, Malawi, Madagáscar, Maurícias, Seychelles, Swazilândia
4 Maio	Dia de Cassinga	Namíbia
5 Maio	Feriado Público	Namíbia
7 Maio	Feriado Público (Eleições Nacionais)	África do Sul
14 Maio	Dia de Kamuzu	Malawi
17 Maio	Dia da Liberdade	RDC
20 Maio	Feriado Público (Eleições Nacionais)	Malawi
25 Maio	Dia de África	Angola, Lesotho, Namíbia, Zimbabue
	Dia da Liberdade de África	Zâmbia
29 Maio	Dia de Ascensão	Botswana, Lesotho, Madagáscar, Namíbia, Swazilândia
5 Junho	Dia da Liberdade	Seychelles
16 Junho	Dia da Juventude	África do Sul
18 Junho	Dia Nacional	Seychelles
19 Junho	Corpo de Cristo	Seychelles
25 Junho	Dia da Independência	Moçambique
26 Junho	Dia da Independência	Madagáscar
29 Junho	Dia da Independência	Seychelles
30 Junho	Feriado Público	Seychelles
	Dia da Independência	RDC